

## O GOLPE MILITAR E A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA (UEG)<sup>1</sup>: MEMÓRIA NECESSÁRIA

DEISE MANCEBO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

---

**RESUMO:** O artigo apresenta as relações que se estabeleceram entre a Universidade do Estado da Guanabara (UEG) e a ditadura militar implantada no país, em 1964. Para tal, foi realizada uma investigação que contemplou pesquisa bibliográfica, análise de fontes documentais e consulta a entrevistas anteriormente realizadas. O texto compõe-se de quatro partes: (1) inicia com uma breve análise do golpe militar, de seus impactos para o país, bem como das resistências ocorridas; (2) em seguida, analisa como esse contexto se desenvolveu na UEG, contemplando uma análise do movimento estudantil e das políticas produzidas para seu enfrentamento; (3) conclui, indicando as boas relações que se estabeleceram entre militares e dirigentes universitários, apresentando algumas parcerias realizadas e (4) por fim, destaca a importância do resgate da memória para a própria sustentação da democracia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Golpe Militar; Universidade do Estado da Guanabara; Movimento Estudantil; Memória.

---

### INTRODUÇÃO

Completo, em 1 de abril de 2024, sessenta anos de um golpe de Estado que constituiu uma ruptura institucional e estabeleceu uma ditadura com duração de 21 anos no país (1964-1985).

Os militares, ao assumirem o poder, em 1964, aliados a segmentos da sociedade civil, em especial, do meio empresarial e seus aparelhos privados de hegemonia, instituíram um governo autoritário, no qual o poder do executivo escapava aos limites de qualquer controle político.

A repressão a diversas instituições e mesmo às atividades de pessoas, supostamente suspeitas de subversão, começou imediatamente à deflagração do golpe. Como referenciei em outra obra (Mancebo, 2016):

[...] houve o incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes no Rio de Janeiro; prisão e tortura de líderes camponeses e operários; vasculhamento das repartições públicas, inclusive das universidades [...]; intervenções em sindicatos; espionagem institucionalizada pelo Serviço Nacional de Informação; ocupação de estatais, ministérios e repartições públicas pelos quadros militares; caça aos membros do governo deposto e a parlamentares. Os direitos políticos foram suspensos através do Ato Institucional nº1 de março de 1964. Houve perda das prerrogativas do Congresso Nacional e extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº2, de 1965 e, através do Ato Institucional nº 3, de 1966, ficou estabelecida a eleição indireta para

presidente e, posteriormente, para governadores e prefeitos das capitais. Este conjunto de medidas de ordem repressiva e ideológica, cuja listagem poderia ocupar muitas páginas, calcava-se no princípio de que a segurança nacional dependia do controle das fronteiras ideológicas internas, o que foi consolidado pela Constituição de 1967 (Mancebo, 2016, p. 240-241).

Também na economia, o que se seguiu ao golpe foi brutal, já que o aumento da exploração dos trabalhadores brasileiros em nome de um "desenvolvimentismo" não trouxe mais riqueza ou independência ao país e deixou, ao final, uma dívida externa fatal. O tão propalado "milagre econômico" foi um período perverso de concentração de renda e riqueza, e aprofundamento das desigualdades regionais.

Importante registrar que, apesar de finda a ditadura, em 1985, a transição política foi incompleta. A anistia trouxe grandes patriotas de volta ao país, após anos amargos de exílio, mas deixou soltos os responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o regime ditatorial. Primeiramente, os que violentaram a democracia e usaram do Estado para praticar crimes (torturas, execuções sumárias, desaparecimentos forçados etc.) nunca foram plenamente responsabilizados. Por outro lado, as instituições de segurança e judiciárias, como as forças armadas, as polícias estaduais e a justiça militar praticamente não alteraram suas estruturas autoritárias.

A memória também não foi satisfatoriamente revisitada. Em que pese os relevantes trabalhos das comissões da verdade, anistia e comissão sobre mortos e desaparecidos políticos – com especial destaque ao trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade criada pela Lei nº 12528, de 2011 e instituída em maio de 2012 –, a criminalização da ditadura não foi assumida como prioridade pelo Estado, de sorte que, de norte a sul do país, logradouros seguem homenageando participantes diretos da ditadura militar, a verdade do período não é analisada em profundidade nas escolas, dentre outros aspectos. Finalmente, a transição também não honrou a reparação simbólica às vítimas, faltando a milhares, pelo menos, um pedido formal de desculpas do Estado.

Em sentido oposto, defendemos que a memória do período deve ser analisada para que cada um possa se sentir herdeiro dessa história, afinal, o golpe de 1964 não apenas derrubou um presidente e seu gabinete, mas obstruiu e impediu uma variedade de projetos populares que tinham como objetivo beneficiar os brasileiros e o país. As chamadas "reformas de base" que incluíam os setores educacional (com o combate ao analfabetismo e a reforma universitária), político (com a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente), urbano (com a utilização justa do solo urbano, fornecimento de habitação condigna) e agrário (com a reforma agrária e promulgação do Estatuto de Trabalhador Rural), dentre outros, constituíam um conjunto de propostas que visava promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantissem a superação do Brasil como país dependente e que permitissem uma diminuição das desigualdades sociais. Em síntese, um projeto de país e de futuro foi interrompido em 1964 (Estanislau, 2024).

Obviamente, o golpe sempre encontrou resistência, cujos participantes se valeram das mais diversas formas de luta, inclusive da luta armada. Aos que lutaram, o

MANCEBO, D.

país deve o justo reconhecimento, além da devida e ampla reparação correspondente às violências de todos os tipos de que foram vítimas. Mas, passaram-se 60 anos e o restabelecimento amplo da verdade sobre o período ainda não ocorreu. Entendemos que tal empenho deve incluir ações diversas: advindas do próprio Estado ou de instituições (como as Comissões da Verdade), iniciativas no campo das artes e, também, com a institucionalização de projetos de pesquisa para tal fim.

Movido por essa intenção, esse artigo pretende analisar as relações que se estabeleceram entre a Universidade do Estado da Guanabara (UEG) e a ditadura militar implantada no país, em 1964. Para tal, foi realizada uma investigação que contemplou pesquisa bibliográfica, análise de fontes documentais e consulta a entrevistas anteriormente realizadas. A investigação ocorreu, originalmente, entre 1991 e 1995, por ocasião da confecção de minha tese de doutoramento "Da Gênese aos compromissos: uma história da UERJ", desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi revisitada agora, com o intuito da escrita desse texto. Dentre as fontes documentais utilizadas, cabe destaque ao Boletim da UEG, um documento oficial da própria universidade, de publicação mensal, que com poucas interrupções, constituiu-se num instrumento precioso no campo documental. As 27 entrevistas realizadas ocorreram quase todas em 1993, quando ouvimos lideranças e figuras prenyantes na vida acadêmica da UEG, localizados a partir da análise documental. Procurou-se alcançar aqueles cujos projetos permaneceram, mas também depoimentos de personagens cuja crítica à dinâmica institucional e à ditadura levou à exclusão e ao silêncio.

## **O GOLPE NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA (UEG)**

### **O Movimento Estudantil na Universidade**

Apesar de não ter apresentado a mesma intensidade e radicalidade de outras instituições universitárias, houve resistência e luta, na Universidade do Estado da Guanabara. O movimento estudantil foi o principal segmento que se destacou como crítico à ditadura e seus impactos na UEG.

Tanto as fontes documentais, como os depoimentos colhidos indicaram que, após 1964, passou-se a ter, mais claramente, "um campo progressista do movimento estudantil, com forte influência do Partido Comunista, e outro campo que se autointitulava democrático, com fortes influências lacerdistas" (Mancebo, 2016, p. 238). No entanto, existiam claras diferenças na organização estudantil entre as unidades acadêmicas. A Escola de Engenharia, por exemplo, conforme depoimentos colhidos entre estudantes da época, "era bastante alheia a toda esta movimentação e seus alunos preocupavam-se somente em estudar e com o bom funcionamento do curso". Já na Medicina e no Direito, existia uma maior penetração do chamado "campo progressista". Além disto, "o corpo docente destas unidades contava com um número maior de mestres que davam apoio às reivindicações estudantis" (Mancebo, 2016, p. 239).

No campo progressista, também existiam diversas tendências, de todo modo,

[...] a despeito das divergências no interior do movimento, havia uma concepção de universidade construída pelos estudantes. A universidade, que todas as correntes de esquerda apregoavam,

deveria ser crítica, autônoma, democrática e, principalmente, inserida nas lutas das classes subalternas, em contraposição à universidade arcaica então existente e à proposta de universidade empresarial, defendida por setores ligados ao governo militar (Mancebo 2016, 246).

As chamadas “questões acadêmicas” eram razoavelmente discutidas nas diversas unidades acadêmicas. Na maior parte delas, ocorreram palestras e seminários, organizados pelo movimento estudantil, versando sobre a reforma curricular ou sobre mudanças necessárias à própria universidade. Novamente, verificou-se que na Faculdade de Ciências Médicas (FCM), onde o movimento estudantil era considerado o mais organizado, essas discussões avançaram, inclusive, com a elaboração de um diagnóstico crítico sobre o ensino médico, amplamente divulgado e discutido pelos estudantes (Daflon, 1980).

No entanto, mesmo na FCM, paulatinamente, os motes de luta mais diretamente ligados à universidade – as chamadas “questões acadêmicas” – foram sendo deixados de lado, foram secundarizados, frente à necessidade do movimento de dar respostas imediatas à crescente repressão que tinha curso no país. Aarão Reis, referindo-se ao movimento estudantil como um todo, afirma que, naquele contexto,

[...] todos desconfiavam do governo e se opunham à política educacional, mas havia dúvidas quanto às opções de luta: manter em primeiro plano as denúncias políticas [...] ou concentrar a atenção nos interesses imediatos da categoria estudantil, evitando os enfrentamentos de rua e priorizando a luta nas escolas” (Aarão Reis, 1988, p. 13).

O ano de 1968 foi um marcador nessa inflexão. Profissionais liberais, jornalistas, religiosos e artistas marcaram presença nas intensas mobilizações e enfrentamentos de rua que ocorreram, desde o início do ano. Todavia, os estudantes foram os personagens centrais no enfrentamento à ditadura. Deve-se registrar que

O clima da época, que norteava eticamente as lutas, era a dedicação, o envolvimento, a paixão, a profunda coerência entre o discurso e a prática. Grandes projetos e utopias eram alardeados pela juventude, ao mesmo tempo em que tentavam modificar hábitos do cotidiano. Os estudantes, principalmente, lutavam por mudanças em todos os níveis [...]. Eram lutas apaixonadas, clamando por revolução nos costumes, nas artes, no cotidiano, no comportamento e nas relações entre as pessoas. Tratava-se de mudar a sociedade e a vida (Mancebo, 2016, p. 254-255).

Foi nesse ano, que se organizou um Dia Estadual de Protesto. Na UEG, houve pronta adesão com a participação, principalmente, dos estudantes da FCM, que programaram diversas manifestações para todo o dia. Logo no início das atividades, marcadas para o dia 22 de outubro de 1968, defronte ao Hospital Pedro Ernesto,

MANCEBO, D.

surgiram viaturas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O então diretor da FCM, professor Américo Piquet Carneiro, tentou impedir o policiamento no local, mas não conseguiu. Pelo contrário, a FCM e o Hospital Pedro Ernesto foram invadidos pela repressão. Até na Pediatria, foram lançadas bombas de gás lacrimogêneo, levando à transferência das crianças internadas (Universidade do Estado da Guanabara, 1968c).

Os estudantes defendiam-se com pedras [e outros objetos]. Sete estudantes foram feridos, um deles, Luiz Paulo Cruz Nunes, acadêmico do 2º ano [de Medicina], levou um tiro na cabeça, vindo a falecer à noite. [...] O reitor João Lyra Filho, em pessoa, conversou com o pai do aluno, levou o corpo numa ambulância, mas não hesitou em solicitar demora na autópsia do cadáver para poder conter a rebelião. Também antecipou o enterro em uma hora e fez com que fosse realizado no Cemitério do Caju, isto para evitar uma passeata que pretendia ir para o Cemitério São João Batista (Mancebo, 2016, p. 256-257).

Esse episódio de terror ocorrido contra a UEG bem representa o clima de repressão da época. Na realidade, a repressão policial continuou e se intensificou, dos finais de 68 em diante. A oposição parlamentar encontrava-se enfraquecida. Os espaços legais de luta e a própria legalidade estavam cada vez mais impossibilitados. Na universidade, Diretórios Estudantis eram invadidos, alguns foram fechados, estudantes foram forçados a irem para a clandestinidade, alguns foram expulsos, inquéritos eram abertos, dentre outras ações arbitrárias e repressivas. Dois atos governamentais "legalizaram" boa parte destas práticas repressivas: o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

Diante do ambiente progressivamente mais repressivo, a opção pela luta armada contra a ditadura militar ganhou força e algumas lideranças estudantis da UEG entraram na clandestinidade e aderiram à luta armada contra aquele regime. A morte de Luiz Paulo e os acontecimentos que se sucederam aceleraram essa difícil decisão para alguns estudantes da universidade. O que se fazia até então – debates, protestos de rua, greves, dentre outros atos – passou a ser considerado como formas de manifestação ineficazes para o enfrentamento da ditadura militar.

Todavia, apesar da forte repressão, os estudantes da Universidade do Estado da Guanabara, aliás como em quase todas as outras universidades brasileiras, tentaram interromper, nos anos 60, o ritmo que se vinha impondo à universidade.

Não foi possível, nestes anos, às autoridades acadêmicas continuar tranquilamente com seus projetos de investimento em obras e novos patrimônios [...]. Todos tiveram que prestar atenção ao protesto estudantil. Mesmo com as dificuldades que o movimento teve na UEG, a proposta da "universidade crítica" foi trazida à tona em algumas unidades. O comportamento conservador dos mestres foi criticado. As relações autoritárias e centralizadas de poder foram questionadas. O desejo de mudar a universidade e a sociedade, mesmo que com a própria vida, teve que ser ouvido nestes anos rebeldes (Mancebo, 2016, p. 259-260).

Em síntese, o movimento estudantil da UEG, por um certo período de tempo, impediu que as políticas planejadas para a universidade se concretizassem tranquilamente. Os estudantes contestaram, lutaram e até deram suas próprias vidas, registrando que outras possibilidades de existência, de relacionamento entre as pessoas, de país e, também, de universidade eram possíveis e necessárias.

### A POLÍTICA PROJETADA PARA OS ESTUDANTES

Na UEG diversas medidas de ordem disciplinar ou claramente repressivas foram tomadas em relação aos estudantes, para que os dirigentes universitários pudessem dar vazão ao seu projeto de universidade.

No nível nacional, as práticas para conter os estudantes foram diversas e começaram, tão logo instalou-se o golpe militar de 1964. Assim, em 20 de abril de 1964, Suplicy de Lacerda – o novo Ministro da Educação – baixou uma Portaria, exigindo que os dirigentes universitários instaurassem inquéritos para dar cumprimento ao Ato Institucional nº1. Iniciadas as comissões de inquérito, desencadeou-se um processo de "caça às bruxas" a professores e estudantes jamais visto em nossa história.

Com certeza, o caso mais crítico de todo esse processo ocorreu na Universidade de Brasília (UnB), então considerada um modelo da modernização da educação superior brasileira. A partir de 1964, a UnB foi tomada por tropas militares por três vezes, após 1964. Nessas ocasiões, pessoas e unidades universitárias eram revistadas, livros eram apreendidos, estudantes eram detidos, dentre outras práticas, claramente autoritárias e repressivas.

O reitor Anísio Teixeira, o vice-reitor Almir de Castro e todo o Conselho Diretor da Fundação foram destituídos de seus cargos, verbas foram cortadas e, diante da descaracterização do seu projeto acadêmico inicial, duzentos e dez professores, em sinal de protesto, [pediram] demissão coletiva (Mancebo, 2016, p. 261-262).

Na Universidade do Estado da Guanabara, a repressão em relação aos docentes ocorreu em pequena escala, se compararmos à brutalidade ocorrida na UnB e não verificamos registros de repressão direta ao segmento dos servidores técnico-administrativos. Vários depoimentos dos entrevistados apontaram que os funcionários técnico-administrativos eram um segmento da universidade sem força política e organização, o que se manteve até final dos anos 70. Foram descritos, de um modo geral, como ordeiros e submissos aos vínculos que mantinham com aqueles que os havia contratado. Constituíam-se, portanto, num segmento acomodado, "seu sindicato tinha uma direção pelega, e a maioria absoluta dos filiados nem tomava conhecimento de seus poucos direitos" (Mancebo, 2016, p. 263).

Quanto aos professores, tivemos notícia de três "aposentados", em 1969, por ato do governo federal: o professor Haroldo Porto Carreiro de Miranda, da Faculdade de Ciências Econômicas; o professor Hélio Marques da Silva, também da Faculdade de Ciências Econômicas e o

MANCEBO, D.

professor Dumerval Trigueiro, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras<sup>2</sup> (Mancebo, 2016, p. 263).

Em contrapartida, sobre os estudantes, foram muitas as notícias que se pôde localizar nos próprios documentos oficiais da universidade – em especial, no Boletim da UEG –, bem como, nos depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas, demonstrando, claramente, a “atenção cuidadosa” que os dirigentes universitários tiveram que dedicar ao alunado.

Seguem alguns exemplos, que organizamos em três tipos de ações: o discurso produzido sobre os estudantes, as práticas claramente repressivas e as práticas preventivas.

### **O Discurso Sobre / Para os Estudantes**

A análise atenta do discurso utilizado nos documentos oficiais da universidade demonstrou, nitidamente, que sua produção era muito bem cuidada, abrigando normas de exposição marcadas pela preocupação dos dirigentes universitários em conter o movimento estudantil. “Primeiramente, o movimento, quando noticiado, era apresentado como um evento solto, descontextualizado de seu vigor e articulações. Cuidadosamente, não se citava a causa do ‘distúrbio’, o móvel da luta, a questão política que o alimentava” (Mancebo, 2016, p. 265).

Além disso, no discurso dos documentos oficiais da universidade, as ações do movimento estudantil não eram questionadas ou ameaçadas de modo generalizado, mas somente no que era designado como seus excessos ou arroubos. Não raramente, a análise desembocava em algo do tipo “não queremos a juventude amorfa, opilada e sem cor” (Universidade do Estado da Guanabara, 1966b, p. 1), é normal e desejável sua exuberância, mas “não é com gritos, nem com o punhal que se elabora, é com o estudo” (Universidade do Estado da Guanabara, 1966a, p. 30). A intenção, claramente, era dividir os estudantes, tentando isolar os que participavam mais ativamente do movimento, qualificando-os como uma minoria.

Deste modo, os alunos com intensa participação política e que mais ativamente criticavam a política educacional hegemônica na universidade eram desqualificados como estudantes. [...] Eram, conforme expressão bastante utilizada na universidade, os “carbonários”, em contraposição ao grande número de jovens, portadores de uma rebeldia normal à sua idade (Mancebo, 2016, p. 265-266).

Por fim, outra característica do discurso oficial sobre o movimento estudantil era a “psicologização” dos embates e tensões, na tentativa de esvaziá-los e de apresentá-los sem seus motes políticos. O tom “psicológico” era tão exacerbado que o Conselho Universitário chegou a aprovar a Resolução nº 359, de 1969, que previa a suspensão de matrícula para os supostamente desajustados, até a comprovação de finalização de tratamento psicológico.

Em síntese, havia, no seio da universidade, conforme o discurso oficial, duas influências: “a dos moços que sobrepõem ao estudo intenções ideológicas e a da grande

maioria de outros que são apenas moços normais" (Universidade do Estado da Guanabara, 1970, p. 22).

### As Práticas Repressivas

O governo militar, praticamente desde o golpe, promulgou atos legislativos que tinham por alvo a contenção do movimento estudantil. Na UEG, as regras advindas da ditadura foram seguidas rigorosamente. "Na realidade, parte significativa dessas regras já existiam na universidade, mesmo antes do golpe, e os dirigentes tiveram simplesmente que fazer pequenas adaptações para enquadrar-se totalmente às diretrizes nacionais" (Mancebo, 2016, p. 269-270). Havia, por exemplo, desde o Estatuto de 1963, uma regulamentação detalhada sobre a realização de reuniões, assembleias e eleições estudantis. Dentre outros controles, as atas das eleições para os Diretórios Acadêmicos precisavam ser remetidas e "aprovadas" pelos Conselhos Departamentais, além de enviadas à Reitoria para posterior verificação.

A partir do final do ano de 1968, com a publicação do Ato Institucional nº 5 e do Decreto-Lei nº 477, a escalada repressiva intensificou-se (Cardoso, 1993; Prado Júnior, 1980). Na UEG, dezenas de alunos foram presos. Conforme o Processo nº 735/1969, dois estudantes foram raptados dentro das próprias Faculdades de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras. Salas dos Diretórios e Centros Acadêmicos foram invadidas pelo DOPS. Material de impressão e arquivos foram apreendidos.

Conforme vários depoimentos, diversos professores e diretores eram responsáveis por passar informações diretas aos órgãos de segurança do governo, inclusive, fotos e gravações de situações de conflito ocorridas na universidade (Malheiro, 1991); alunos "olheiros" cumpriam funções semelhantes e até altos dirigentes da universidade estavam comprometidos com estas práticas. Ajuntamentos de qualquer ordem, inclusive musicais, culturais e até formaturas, eram criteriosamente acompanhados, pois eram considerados potencialmente perigosos.

A aplicação do Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969, foi seguida à risca por praticamente todas as unidades. Inquéritos foram abertos, comissões para a avaliação dos estudantes foram constituídas, de modo que, "em abril, no curto espaço de sessenta dias, a maior parte destas comissões já havia encerrado seus trabalhos, determinando a expulsão de estudantes de quase todas as unidades" (Mancebo, 2016, p. 274).

Na análise do "arquivo confidencial" da Faculdade de Ciências Econômicas – na realidade, o único que não foi "apagado"<sup>3</sup> – pudemos identificar que as trocas de informações entre as unidades, a reitoria e agentes de segurança da ditadura militar eram recorrentes. Esses documentos continham uma tarja de "confidencial" e, obviamente, não eram disponibilizados aos investigados. No entanto, continham informações sobre a vida de muitas pessoas: detalhavam ações de alunos e ex-alunos, forneciam informações minuciosas sobre palestras, solenidades de formatura, homenageados, atividades culturais e encontros de estudantes.



MANCEBO, D.

## Prevenção & Controle

Como registramos anteriormente, os dirigentes universitários caracterizavam os estudantes em dois grandes tipos – os “normais” e os “carbonários” – para os quais tratamentos distintos eram previstos. Se, aos “carbonários”, as estratégias repressivas eram empregadas fartamente, como registramos na seção precedente, para os normais, eram necessárias ações preventivas.

Os comportamentos e as relações que os considerados “normais” estabeleciam precisavam ser, primeiramente, disciplinados e direcionados para objetivos sintonizados com os da organização universitária. Era preciso evitar e prevenir que “a imaturidade dos jovens [fosse] taticamente explorada pelos agenciadores da subversão social” (Universidade do Estado da Guanabara, 1971, p. 35). Para os normais, a solução não era a repressão, mas o convencimento, a dissuasão, a própria educação, e para tal empenho, os mestres eram os mais indicados.

Através do diálogo fraterno e esclarecedor, o transe agudo da impaciência, gerada pelo descontrole próprio dos moços, poderia amadurecer, eles poderiam rever as ideias aquecidas pelo coração, canalizar corretamente seus impulsos, ou seja, poderiam ser disciplinados (Mancebo, 2016, p. 276).

Adicionalmente, entendia-se que a produção de um corpo saudável poderia contribuir para uma mente sã. Nesse sentido, muito empenho foi dado às práticas desportivas na universidade. Os dirigentes da UEG referiam-se, incansavelmente, em seus veículos de comunicação, ao desporto como uma valorização do preparo do corpo, mas também “das energias e lastros crescentemente armazenados no espírito da juventude” (Universidade do Estado da Guanabara, 1968b, p. 32).

Os dirigentes da UEG insistiam sobre a premência de o poder público valorizar e difundir os esportes, pois entendiam que entreter os alunos nas horas vagas podia “varrer-lhes da imaginação o que não vale a pena – as ideias carbonárias” (Universidade do Estado da Guanabara, 1969b, p. 32-33). Essa ênfase, obviamente, ganhou potência pelo clima nacional do ano de 1970, quando o Brasil conquista o tricampeonato do mundo em futebol, mas tinha uma dinâmica própria na universidade.

O reitor da UEG chegou a solicitar ao Governador Negrão de Lima que a administração do Estádio Mário Filho (Maracanã) fosse feita pela UEG, com vistas a “dar à juventude uma motivação, abrindo-lhe alternativas válidas, para que não se [... incorporasse] aos cochichos de baixa politicagem” (Universidade do Estado da Guanabara, 1968d, p. 20).

No entanto, o principal investimento planejado pelos dirigentes universitários para a contenção sadia dos estudantes foi o Departamento de Alunos (DA). O DA foi criado pelo Ato Executivo nº 458 de 22 de novembro de 1971, e pretendia centralizar diversas práticas de disciplinamento já implantadas, bem como abrir caminho para o desenvolvimento de outras. Na própria arquitetura do prédio, desenhada para seu funcionamento, pelos arquitetos do Campus – Luiz Paulo Conde e Flávio Marinho Rego – em 1968, as intenções eram claras. O DA destinava-se a burilar as “lideranças autênticas” dos estudantes e a promover o cultivo, cada vez mais íntimo, dos estudos brasileiros sem proselitismo político ou tendência ideológica. O DA pretendia, ainda, assistir os jovens

universitários em suas necessidades e angústias do ser humano, naturalmente como preventivo dos possíveis desajustes. Na análise de José Ribamar Bessa Freire:

[...] os líderes estudantis não se formariam mais em discussões acadêmicas e nos debates políticos, mas em cursos promovidos pelo DA. As entidades estudantis ficavam destituídas de qualquer autonomia, elas não pertenciam mais aos estudantes, mas ao Departamento de Alunos (Freire, 1988, p. 19).

Muitos aspectos e considerações do projeto original do Departamento de Alunos não saiu do papel, servindo hoje muito mais para a análise das intenções políticas de então, todavia, não há como minimizar a engenhosidade de um projeto que visava prevenir o "furor estudantil", substituindo-o por um alunado dócil.

## A UNIVERSIDADE E A DITADURA

Como já exposto, não houve dificuldades, na Universidade do Estado da Guanabara, para que os militares estabelecessem boas relações com os dirigentes universitários. Essa afinidade remonta a período anterior ao golpe de março de 1964, a própria estrutura administrativa da universidade, em 1964, já continha elementos que potencializavam essa relação, de modo que se manteve "uma política de boa vizinhança e relações amistosas com a ditadura" (Malheiro, 1991, p. 56).

Alguns acontecimentos bem ilustram as boas relações que se seguiram. O próprio reitor João Lyra Filho foi convidado e aceitou tomar parte do grupo de trabalho que elaborou o anteprojeto da Lei nº 5540/1968, a Lei da Reforma Universitária da ditadura. Títulos e láureas universitárias foram concedidos e recebidos, como foi o caso do título de Doutor "Honoris Causa" concedido ao general Emílio Garrastazu Médici (Resolução nº 419/1974). Ligações mais orgânicas também foram estabelecidas entre a UEG e as instituições militares, como o Instituto Militar de Engenharia (IME), a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Aeronáutica e, principalmente, a Escola Superior de Guerra (ESG). Estas ligações implicaram trocas frequentes de correspondência, abertura de vagas na UEG para militares, com dispensa de vestibular<sup>4</sup>, participação de representantes da UEG em cursos militares, conferências e palestras proferidas, visitas recíprocas de grupos de estagiários e cursos e aulas práticas dadas em conjunto.

Já foi bastante discutida, na literatura crítica educacional, a organicidade da relação educacional entre o Brasil e os Estados Unidos após o golpe militar de 1964, inclusive com o estabelecimento de acordos como foi o caso dos acordos MEC-USAID (United States Agency for International Development). Na UEG, as relações com os assessores norte-americanos foram bem-vindas e até solicitadas, marcando, mais uma vez, a afinidade de propósitos dos dirigentes universitários com a ditadura militar. Foram particularmente incentivados os intercâmbios com a Universidade de Houston. A correspondência oficial da universidade exaltava a ida de professores a Houston, a partir de trâmites e convites que emanavam de militares ou personalidades envolvidas com a

MANCEBO, D.

ditadura, para a participação em cursos sobre administração escolar e universitária, o que ocorreu, pelo menos até 1972.

Por fim, cabe breve consideração sobre a organização conjunta de atividades de extensão, pois a UEG teve uma participação ativa e pioneira no que foi considerado o principal projeto extensionista patrocinado pelo governo federal: o Projeto Rondon (Choeri, 1972).

A idealização do projeto surge em outubro/novembro de 1966, quando é realizado o I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, na Universidade do Estado da Guanabara. Da atividade participaram, aproximadamente, duzentas pessoas, entre reitores, docentes, militares, "em harmonia plena com os instrutores da Escola do Comando e Estado-Maior das Forças Armadas" (Mancebo, 2016, p. 295). Nesta ocasião, foi apresentado o primeiro plano do que posteriormente veio a ser o Projeto Rondon, selando-se o compromisso de que "a política nacional deve[ria] ter como base a segurança e o desenvolvimento a ser apoiado pela universidade" (Universidade do Estado da Guanabara, 1966c, p. 20; Choeri, 1972).

Para o professor Wilson Choeri, de certo modo o líder dessa empreitada, a ideia da "universidade integrada" era uma estratégia necessária na geopolítica do desenvolvimento nacional:

a um só tempo, poderia fornecer recursos humanos ociosos para a solução de inúmeros problemas nacionais e produzir novos comportamentos no tão problemático segmento estudantil. Em poucas palavras, incentivar atitudes de aderência, concordância e até mesmo ajuda ao desenvolvimento nacional, ao contrário da resistência política que à época os estudantes vinham fazendo à ditadura militar (Mancebo, 2016, p. 296).

Em consonância com o planejamento original, foi organizada uma primeira operação, denominada Operação Zero, em julho de 1967. Esse empenho contou com a participação de trinta estudantes da universidade dos cursos de Engenharia, Medicina, Geociências e Comunicação e contava com a liderança do professor Wilson Choeri e a coordenação do professor Omir Fontoura, então diretor do Departamento de Administração da UEG, bem como com a participação de diversos militares. A comitiva parte para Porto Velho "em busca de uma atuação que fosse construtiva e eficaz para o país, que permitisse aos jovens uma compreensão mais real da nação e da importância das forças armadas para o seu crescimento" (Mancebo, 2016, p. 297). Permaneceram em Rondônia por um mês e, sob o lema "integrar para não entregar", fizeram levantamentos e realizaram atividades de assistência e educação sanitária.

O pioneirismo da UEG era reconhecido e exaltado, a cada dia, em palestras, conferências e na imprensa. A positividade da estratégia rondonista e, conseqüentemente da UEG, passa a ser proclamada em todo o país e era motivo de orgulho para os dirigentes da universidade (Mancebo, 2016, p. 298).

Num estágio mais maduro do projeto, a ideia da construção de um campus avançado toma corpo, sendo criado o Campus Avançado de Parintins, sob a direção da UEG, em meados de 1969.

Em síntese, a implementação do Projeto Rondon, bem como a construção de campi avançados foram, indiscutivelmente, as principais iniciativas de colaboração dos dirigentes da universidade com a ditadura militar. Foram práticas gestadas, como vimos, no interior da UEG, que tomaram dimensão nacional nas décadas de 1970 e 1980, e que contaram com forte entusiasmo do governo militar por “comportarem, potencialmente, um antídoto às ideologias que povoavam as cabeças dos universitários, nos anos 60” (Mancebo, 2016, p. 299).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações da UEG com a ditadura militar expostas nesse texto, bem demonstram o autoritarismo entranhado na universidade, mas também evidenciam o papel que as forças armadas desempenharam na universidade e no país.

Na realidade, o “legado” deixado pela ditadura militar na estrutura jurídica, nas práticas políticas, na violência institucionalizada e em outras esferas da vida social brasileira foi (e é) imensa. Basta pensarmos e relacionarmos as práticas da ditadura, com o extermínio de pobres e pretos nas favelas, atualmente. Indiscutivelmente, a militarização do cotidiano dos moradores, as remoções de favelas e comunidades, as torturas em delegacias, os desaparecimentos forçados e as execuções sumárias são práticas do passado que se repetem hoje sob a compreensão da existência de um inimigo interno potencial, que se torna alvo do aparato bélico.

Todavia, não é incomum a existência de grupos políticos que negam os fatos e tentam subverter os sentidos da história, glorificando a ditadura e homenageando torturadores, como se fez com o coronel Ustra (condenado como torturador, em todas as instâncias da Justiça). Particularmente, após 2015, a mobilização da massa de apoiadores da extrema direita foi potencializada, dentre outros dispositivos, com a falsa narrativa de que a ditadura foi um momento de crescimento e de ordem, favorável às pessoas “de bem” e à “família”.

Consideramos que conhecer a história, diferentemente do que foi recentemente declarado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, não é simplesmente remoer o passado<sup>5</sup>. Aos diretamente envolvidos, torturados, mortos ou desaparecidos, o país ainda está longe de prover o devido tributo da memória, de restabelecer amplamente a verdade e de prover a justiça, que deveria abranger todos os responsáveis pelas graves violações dos direitos humanos.

Consideramos, ainda, que rememorar e reafirmar o repúdio ao golpe não cabe apenas aos diretamente envolvidos. Nem apenas aos daquela geração. É tarefa de todas as épocas, para exorcizar as tentações golpistas que insistem em rondar o país. Ao não enfrentar a memória, abre-se espaço para a sua apropriação pela direita. O desconhecimento dos fatos, o voluntário arquivamento da história e o esquecimento

MANCEBO, D.

causam danos à democracia brasileira. Assim, tanto em relação ao golpe de 64, quanto nas tentativas recentes, não cabe anistia ou esquecimento.

A via autoritária e golpista continua aberta hoje no Brasil, influente nas forças armadas, nas forças policiais, paramilitares, em frações burguesas e nas bases sociais do bolsionarismo e do neofascismo.

Por isso, comentar sobre 64 não é remoer o passado, é evitar que fraturas democráticas assombrem o nosso presente e o nosso futuro!

Artigo recebido em: 13/04/2024

Aprovado para publicação em: 24/07/2024

---

#### THE MILITARY COUP AND THE GUANABARA STATE UNIVERSITY (UEG): NECESSARY MEMORY

**ABSTRACT:** The article presents the relationships that were established between the Guanabara State University (UEG) and the military dictatorship implemented in the country in 1964. To this end, an investigation was carried out that included bibliographical research, analysis of documentary sources and consultation of previous interviews carried out. The text is made up of four parts: (1) it begins with a brief analysis of the military coup, its impacts on the country, as well as the resistance that occurred; (2) then, it analyzes how this context developed at UEG, including an analysis of the student movement and the policies produced to combat it; (3) concludes, indicating the good relations that were established between militaries and university leaders, presenting some partnerships made and (4) finally, highlights the importance of rescuing memory for the very sustainability of Brazilian democracy.

**KEYWORDS:** Military Coup; Guanabara State University; Student Movement; Memory.

---

#### EL GOLPE MILITAR Y LA UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE GUANABARA (UEG): MEMORIA NECESARIA

**RESUMEN:** El artículo presenta las relaciones que se establecieron entre la Universidad del Estado de Guanabara (UEG) y la dictadura militar implementada en el país en 1964. Para ello, se realizó una investigación que incluyó investigación bibliográfica, análisis de fuentes documentales y consulta de entrevistas realizadas previamente. El texto se compone de cuatro partes: (1) se inicia con un breve análisis del golpe militar, sus impactos en el país, así como la resistencia ocurrida; (2) em seguida, analiza cómo se desarrolló este contexto en la UEG, incluyendo un análisis del movimiento estudiantil y las políticas producidas para combatirlo; (3) concluye señalando las buenas relaciones que se establecieron entre militares y dirigentes universitarios, presentando algunas alianzas realizadas y (4) finalmente, resalta la importancia del rescate de la memoria para la sostenibilidad misma de la democracia brasileña.

**PALABRAS CLAVE:** Golpe Militar; Universidad del Estado de Guanabara; Movimiento Estudiantil; Memoria.

## NOTAS

1 - A atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) já teve diversas denominações e uma delas foi precisamente Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Essas mudanças ocorreram em função das mudanças geopolíticas e administrativas, pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou. Ela foi fundada em 4 de dezembro de 1950, pela Lei nº 547, com o nome de Universidade do Distrito Federal (UDF). A Lei nº 909/1958 alterou a regulamentação interna da universidade, que passou a denominar-se Universidade do Rio de Janeiro (URJ), nome mantido por pouco tempo. Com a criação do novo Estado da Guanabara, a universidade foi renomeada, então como Universidade do Estado da Guanabara (UEG), por meio do Decreto Federal nº 51.210, de 18/08/1961. Finalmente, em função da fusão entre o estado da Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, a universidade recebe sua atual denominação: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio do Decreto-Lei nº 67, de 11 de abril de 1975.

2 - A aplicação do Ato Institucional nº 5 a estes três professores, incluindo os atos federais que lhe deram origem foram publicados, oficialmente, pela universidade no Boletim UEG, n. 36, 1969a, p. 32; Boletim UEG, n. 39, 1969b, p. 11-12; Boletim UEG, n. 41, 1969c, p. 43-44 e Boletim UEG, n. 42, 1969d, p. 33-44.

3 - Na UEG, utilizou-se de um mecanismo especial de arquivamento, a partir do ano de 1968. Alguns documentos tinham uma tarja com a inscrição "confidencial" para parte da correspondência existente: justamente, aqueles documentos que tinham por destino o circuito reitoria/órgãos de segurança/unidades (Malheiro, 1991). Na realidade, os documentos portadores de conteúdo considerados sigilosos ou portadores de informações sobre ações encaradas como subversivas recebiam uma numeração, como os demais, mas eram arquivados em folhas brancas, indicando que os textos de tais correspondências eram guardados separadamente, no que se convencionou chamar de "arquivos confidenciais". Em 1991, o Conselho Universitário aprovou uma Resolução, segundo a qual os "arquivos confidenciais" deveriam ser remetidos à Reitoria para que qualquer cidadão, diretamente interessado, pudesse consultá-los. Nesta data, a maioria destes arquivos já se havia extraviado e somente a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Odontologia puderam cumprir o teor da Resolução. No primeiro semestre de 1993 fui ao encaço desses documentos na Reitoria da UERJ, mas também estes documentos tinham sumido, juntamente com todos os ofícios referentes à gestão do reitor João Lyra Filho (de 1968 a 1972). Em síntese, em 1993, 8 anos após a abertura política, ações orquestradas ainda queriam esconder o passado. Felizmente, o "arquivo confidencial" da Faculdade de Ciências Econômicas foi preservado, pois o Diretório Central dos Estudantes (DCE), preventivamente, havia tirado uma cópia desta documentação, antes do diretor da Faculdade de Ciências Econômicas remetê-los à Reitoria.

4 - Este tipo de expediente era bastante utilizado no Curso de Cartografia onde, por solicitação do coronel Luiz Dantas de Mendonça, somente no ano de 1968, entraram 23 oficiais militares, sem prestação de exame vestibular (Universidade do Estado da Guanabara, 1968a, p. 33).

5 - A imprensa noticiou amplamente essa declaração do presidente. O destaque fica para a matéria "Lula é criticado por entidades de direitos humanos após dizer que não quer ficar 'remoendo' o golpe militar de 64", escrita por Jussara Soares, para a CNN/Brasil, em 28/02/2024.

---

## REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, D. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

MANCEBO, D.

CARDOSO, I. História: a dimensão trágica de 68. **Teoria & Debate**, São Paulo, v. 22, p. 59-64, set./nov. 1993.

CHOERI, W. **O campus avançado, o Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: UEG, 1972.

DAFLON, F. **Título provisório: o movimento estudantil nas Ciências Médicas**. São Paulo: Ed. Quilombo, 1980.

ESTANISLAU, L. 60 anos do golpe no Brasil: lembrar é combater. **Brasil de Fato**, 28 de março de 2024. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2024/03/28/60-anos-do-golpe-no-brasil-lembrar-e-combater-por-lucas-nicolau/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FREIRE, J. R. B. **Departamento de alunos, a que será que se destina?** Rio de Janeiro, mar. 1988. (mimeo.)

MALHEIRO, F. Política de boa vizinhança. **Revista Imprensa**, São Paulo, v. 56, p. 5-15, nov. 1991.

MANCEBO, D. **Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ**. 2. ed. Rio de Janeiro: EUERJ, 2016. 343 p.

PRADO JÚNIOR, C. (org.). **Descaminhos da educação pós-68**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOARES, J. Lula é criticado por entidades de direitos humanos após dizer que não quer ficar "remoendo" golpe militar de 64. **CNN/Brasil**, 28 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/jussara-soares/politica/lula-e-criticado-por-entidades-de-direitos-humanos-apos-dizer-que-nao-quer-ficar-remoendo-golpe-militar-de-64/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 4, 1966a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 5, 1966b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 7, 1966c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 23, 1968a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n.24, 1968b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n.30, 1968c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 31, 1968d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 36, 1969a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 39, 1969b.

O golpe militar e a universidade do estado da Guanabara (UEG)...

Dossiê 778

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 41, 1969c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 42, 1969d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 51, 1970.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA. **Boletim UEG**, n. 64, 1971.

---

DEISE MANCEBO: Doutora em História e Filosofia da Educação (PUS-SP) e Pós-doutora em Psicologia Social (USP). Professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "O trabalho na educação superior"; Membro da Coordenação Colegiada da Rede Universitas/BR e da Rede ASTE.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8312-4495>

E-mail: [deise.mancebo@gmail.com](mailto:deise.mancebo@gmail.com)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).